



ESTADO DO PARANÁ  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**  
**CNPJ. 01.517.961/0001-30**

**1129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2026.**

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, precisamente às 19h00m (dezenove horas), reuniram-se na Sala de Sessões Vereador Celito Rasvailer da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, em caráter ordinário, os nobres vereadores cruzeirenses. Feita a chamada constatou-se a presença dos vereadores: Anderson Ferreira Gomes, Arlete Conceição Corniani da Silva, Celso Alves de Figueiredo, Lucas Alves Donatão, Silvana Aparecida Dutra Viana, Sidney Ferreira da Silva e Sônia Aparecida Senra. Estavam ausentes os vereadores Milton Aparecido Andrade da Fonseca e Milton Monteiro. Dado o número legal, de acordo com a conformidade da lei, a Senhora Presidenta, vereadora Silvana Aparecida Dutra Viana, declarou, em nome de Deus, aberta a sessão e respectivos trabalhos do dia. Em seguida, solicitou aos pares a votação da Ata da Sessão anterior, cuja cópia fora distribuída anteriormente aos pares, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Dando sequência, a senhora presidenta solicitou a 1ª secretária, vereadora Arlete Conceição Corniani da Silva, que procedesse a leitura das correspondências, as quais constavam: Boletim FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná); Revista Radis; Revista Paraná Cooperativo e convite do Departamento de Assistência Municipal para Teatro em alusão ao Dia Mundial Contra o Trabalho infantil. Na ordem do dia constava: **PROJETO DE LEI Nº 542/2026, de 19 de junho de 2026**, que em sus súmula: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027 e dá outras providências; indicação da vereadora Silvana Aparecida Dutra Viana pedindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a criação de cargo de secretário executivo municipal para que o mesmo faça a intermediação entre os diferentes conselhos municipais; indicação da vereadora Silvana Aparecida Dutra Viana para que seja criado o Conselho da Pessoa Deficiente em Cruzeiro do Sul; Indicação do vereador Celso Alves de Figueiredo para que o Chefe do Poder Executivo Municipal interceda junto aos órgãos competentes a respeito da deriva de venenos pulverizados via avião pela Usina de Álcool Santa Terezinha, o qual tem matado os bichinhos da seda e contaminado outras culturas orgânicas em nosso município e indicação do vereador Celso Alves de Figueiredo solicitando ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instalação de câmeras de vídeo nas dependências do cemitério municipal na tentativa de coibir os furtos de placas dos túmulos. A senhora presidenta da Casa de Leis, vereadora Silvana Aparecida Dutra Viana, enviou o referido Projeto de Lei nº 542/2026 para as Comissões Permanentes da Câmara para deliberação e trâmites legais. Fora lida a indicação do vereador Celso Alves de Figueiredo sobre a deriva de venenos. Com a palavra o vereador Celso Alves de Figueiredo, o qual relatou ter recebido e compartilhado um vídeo que mostrava os impactos da pulverização aérea de agrotóxicos sobre a sericicultura em Cruzeiro do Sul. Ele destacou que as famílias produtoras trabalharam intensamente para criar o bicho-da-seda, mas sofreram prejuízos ao perderem suas produções devido à contaminação causada pelos venenos. Informou que o município possuía anteriormente 248 famílias produtoras de casulos e que esse número foi reduzido para apenas 10. O vereador afirmou que a pulverização aérea prejudicou não apenas a criação do bicho-da-seda, mas também hortas, pastagens e alimentos consumidos pela população. Ele relacionou a exposição aos agrotóxicos ao aumento dos casos de câncer na região e citou situações vividas por sua própria família. Ressaltou que produtores deixaram de obter renda significativa e acumularam dívidas, enquanto a economia local sofreu perdas. Durante seu pronunciamento, o vereador Celso Alves de Figueiredo cobrou



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**  
**CNPJ. 01.517.961/0001-30**

providências das autoridades municipais e estaduais, argumentando que apenas ações assistenciais não resolveriam o problema. Informou que encaminhou vídeos e denúncias a órgãos competentes, incluindo o Gaema de Maringá e representantes do Ministério Público, solicitando investigações e medidas concretas. Por fim, pediu o apoio dos vereadores para aprovar o envio de documentos aos órgãos responsáveis, com o objetivo de buscar soluções para os impactos causados pela pulverização aérea de agrotóxicos. Após a apresentação da indicação do vereador Celso Alves de Figueiredo, os vereadores discutiram e aprovaram a proposta por unanimidade. Durante os debates, a vereadora Sônia Aparecida Senra questionou a falta de resultados concretos, lembrando que o tema já havia sido debatido e encaminhado diversas vezes sem solução efetiva. Ela afirmou que apenas realizar reuniões e encaminhar documentos não resolveu os problemas enfrentados pelos produtores. O vereador Anderson Ferreira Gomes destacou que reuniões anteriores não produziram resultados significativos e ressaltou que a redução do número de produtores de bicho-da-seda afetou a economia local e diminuiu a renda de muitas famílias. Também manifestou preocupação com a presença de agrotóxicos nos alimentos consumidos pela população e defendeu a continuidade da cobrança por providências. A vereadora Arlete Conceição Corniani da Silva apoiou a indicação, mas solicitou esclarecimentos sobre as ações já realizadas e os resultados obtidos até então. Ela argumentou que a solução dependia da união entre municípios, do apoio estadual e federal e de medidas que fossem além das competências do Poder Executivo municipal. O vereador Sidney Ferreira da Silva informou que havia sido aprovada uma lei em Nova Esperança restringindo a pulverização aérea de agrotóxicos e sugeriu que o município analisasse essa experiência para buscar alternativas semelhantes. Em resposta, o vereador Celso Alves de Figueiredo explicou que já havia apresentado anteriormente um modelo da legislação de Nova Esperança e relatou que existia um processo em andamento junto aos órgãos ambientais e ao Ministério Público. Ele afirmou que as investigações avançaram lentamente devido à complexidade do tema e aos interesses econômicos envolvidos. Também ressaltou que os impactos dos agrotóxicos atingiram não apenas a sericicultura, mas diversas atividades agrícolas e a saúde da população. Ao final, reafirmou a necessidade de manter a mobilização em busca de soluções. Após a aprovação unânime, a indicação foi encaminhada ao Poder Executivo para as providências cabíveis. O vereador Celso Alves de Figueiredo apresentou indicação relatando que, em 29 de maio, foi informado sobre furtos ocorridos no cemitério público municipal. Os criminosos furtaram crucifixos, letreiros, ornamentos e outros objetos de túmulos, incluindo os de seus familiares. Ele destacou que muitos dos itens possuíam grande valor sentimental e que os prejuízos atingiram diversas famílias. O vereador reconheceu que o cemitério passou por uma reforma significativa durante o mandato, mas afirmou que ainda restavam melhorias a serem concluídas, como o término do calçamento, a reorganização de alguns túmulos localizados em áreas de circulação e a instalação de iluminação adequada. Também defendeu a implantação de câmeras de monitoramento para inibir atos de vandalismo e auxiliar na identificação dos responsáveis pelos danos. Durante a discussão, os vereadores manifestaram apoio à indicação. A vereadora Arlete Conceição Corniani da Silva aprovou a proposta e aproveitou para reforçar a necessidade da instalação de câmeras nas escolas municipais, destacando a importância da segurança das crianças. Ela também concordou com a melhoria da iluminação no cemitério. O vereador Anderson Ferreira Gomes sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de disponibilizar vigilância presencial, além



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**  
**CNPJ. 01.517.961/0001-30**

das câmeras. A vereadora Sônia e o vereador Lucas Alves Donatão também declararam apoio à indicação. O vereador relatou que conversou com o prefeito após os furtos, que também atingiram o túmulo de seus familiares. Segundo ele, o prefeito informou que a prioridade seria melhorar a iluminação do local antes da instalação das câmeras. Ao final da discussão, todos os vereadores aprovaram a indicação, que foi encaminhada ao Poder Executivo para análise e adoção das providências necessárias. A presidente da Câmara, Silvana Aparecida Dutra Viana, apresentou duas indicações ao Poder Executivo. A primeira solicitou a criação e implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de promover, acompanhar e fiscalizar políticas públicas voltadas à inclusão, acessibilidade e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A segunda propôs a criação do cargo de Secretário Executivo Municipal, responsável por auxiliar na coordenação administrativa, no acompanhamento das ações governamentais e na articulação entre os diversos conselhos e departamentos do município. Ao defender as propostas, a vereadora destacou que aumentou o número de pessoas com deficiência no município e afirmou que muitas delas desconheciam seus direitos. Também ressaltou a necessidade de ampliar a acessibilidade em espaços públicos e fortalecer a participação social por meio de um conselho atuante. Em relação ao cargo de secretário executivo, explicou que a função contribuiria para organizar e acompanhar os trabalhos dos diversos conselhos municipais, muitos dos quais enfrentavam dificuldades de funcionamento. Durante a discussão, os vereadores manifestaram apoio às indicações. A vereadora Sônia Aparecida Senra concordou com as propostas, mas alertou para a necessidade de garantir que os conselhos funcionassem efetivamente, sem permanecer apenas no papel. O vereador Anderson Ferreira Gomes questionou se algumas das atribuições previstas para o secretário executivo já não seriam desempenhadas pelo chefe de gabinete, mas declarou apoio à indicação. A vereadora Arlete Conceição Corniani da Silva explicou que o Conselho da Pessoa com Deficiência já existia formalmente, porém encontrava-se inativo há anos. Ela ressaltou que os conselhos eram instrumentos obrigatórios e essenciais para a obtenção de recursos e o desenvolvimento de políticas públicas. Também destacou as dificuldades enfrentadas pelos diretores de departamentos para manter os conselhos ativos e afirmou que a criação do cargo de secretário executivo poderia auxiliar na organização, no funcionamento e no acompanhamento dessas instâncias. Os vereadores Celso Alves de Figueiredo, Lucas Alves Donatão e Sidney Ferreira da Silva também manifestaram apoio às propostas. Ao final da discussão, as duas indicações foram aprovadas por unanimidade e encaminhadas ao Poder Executivo para análise. Foi informado à Câmara Municipal o recebimento do Ofício nº 256/2026, referente ao acórdão de parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Poder Executivo relativas ao exercício de 2024. O documento foi encaminhado às Comissões de Redação e Justiça e de Finanças e Orçamento, que receberam o prazo de 90 dias para analisar o processo e elaborar parecer sobre as contas municipais. Também foi comunicado que o parecer do Tribunal de Contas já se encontrava disponível na Câmara para consulta dos vereadores. Por fim, foi informado que ocorreriam futuras reuniões e debates para discutir o conteúdo do documento antes da emissão dos pareceres das comissões. Durante o uso da palavra vaga, foi informado pelo vereador Celso Alves de Figueiredo o recebimento de um convite para um evento que seria realizado em 25 de junho, em Paranavaí, promovido pelo Consórcio CICA em parceria com a Itaipu. Na ocasião, foi anunciado que o município de Cruzeiro do Sul receberia dois veículos elétricos destinados à área da saúde, além de R\$ 150



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**  
**CNPJ. 01.517.961/0001-30**

mil para a instalação de placas solares. Também foi mencionado que o valor total dos benefícios ao município alcançaria R\$ 450 mil. Em seguida, foi apresentado pela vereadora Sônia Aparecida Senra um relatório das ações de saúde bucal desenvolvidas no município pela dentista Maraíza Calzavara. O documento relatou atividades como aplicação de flúor, orientações sobre higiene bucal, escovação supervisionada, palestras educativas, exames odontológicos em alunos das escolas municipais e estaduais e a distribuição de aproximadamente 700 kits de higiene bucal. Os vereadores elogiaram o trabalho realizado e destacaram os benefícios do projeto para a saúde das crianças. Posteriormente, foi retomada a discussão sobre problemas em calçadas do município, especialmente em uma área próxima à igreja, onde moradores relataram riscos à segurança dos pedestres. Foi informado que uma pessoa havia sofrido uma queda no local e que idosos e crianças utilizavam frequentemente aquele trecho. Os vereadores defenderam providências para solucionar o problema, incluindo a notificação do proprietário responsável pela calçada e a possibilidade de execução do serviço pelo município, com posterior cobrança. Durante o debate, também foram levantadas questões relacionadas ao intenso fluxo de veículos e caminhões na região, o que poderia contribuir para a deterioração das calçadas. Os participantes consideraram a necessidade de estudos sobre rotas de trânsito, melhorias na infraestrutura urbana e a execução de obras como recapeamento e instalação de meio-fio antes da reconstrução das calçadas. Foi dada a palavra para o diretor do Departamento de Esportes Municipal, senhor Nivaldo de Oliveira, apresentou e explicou, de forma detalhada, as ações e obras planejadas para o esporte no município de Cruzeiro do Sul. O senhor Nivaldo de Oliveira iniciou agradecendo a oportunidade de participar da sessão e afirmou que compareceu para esclarecer dúvidas sobre a área do desporto. Em seguida, explicou que a reforma do ginásio de esportes estava sendo executada com recursos de emenda parlamentar e que o projeto havia sido elaborado por um engenheiro de outro estado, o que gerou necessidade de adequações junto aos engenheiros do município e à Caixa responsável. O diretor relatou que o projeto do ginásio previa principalmente a troca do piso e a instalação de uma plataforma de acessibilidade (PCD). Ele explicou que o piso antigo de Paviflex seria removido e substituído por uma base de concreto reforçada com ferragens, sobre a qual seria aplicada uma camada de piso epóxi. Ele afirmou que esse tipo de revestimento havia sido escolhido por sua maior durabilidade e menor custo de manutenção, especialmente em comparação com pisos modulares, que apresentavam problemas em casos de infiltração e exigiam reparos mais frequentes. Ele destacou que o novo piso teria cerca de 7 centímetros de concreto e seria finalizado com epóxi, resultando em uma quadra mais lisa, resistente e adequada para uso contínuo. Também afirmou que a estrutura seria capaz de suportar alagamentos ocasionais sem grandes danos e que a manutenção seria mais simples. O diretor explicou ainda que a mesma empresa responsável pela reforma do ginásio executaria obras no complexo esportivo e que outras melhorias estavam previstas, como climatizadores, exaustores, pintura, cobertura lateral na arquibancada e ajustes estruturais na área de convivência. Ele também informou que haveria alterações no projeto original, como a adequação de espaços para não reduzir o tamanho da quadra. Além disso, ele relatou que recursos de outros programas estavam sendo utilizados para adquirir equipamentos esportivos, como cortadores de grama tipo "giro zero" e kits esportivos com bolas e materiais diversos, que seriam distribuídos para equipes e projetos esportivos do município. O diretor também explicou que havia projetos para construção de uma edícula no



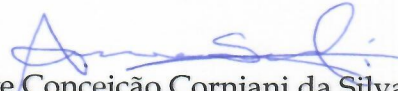
ESTADO DO PARANÁ  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**  
**CNPJ. 01.517.961/0001-30**

estádio, que serviria como espaço de apoio para a comunidade e eventos, além de melhorias na infraestrutura esportiva geral. Ele afirmou que parte dos recursos vinha de fundos estaduais e federais e que as decisões eram discutidas em conselhos municipais, que permitiam a alteração e destinação dos recursos conforme necessidade. Durante a sessão, ele informou que o município enfrentou problemas temporários com profissionais do esporte, mas que os serviços seriam retomados com a recontração de profissionais e apoio de voluntários para não interromper os projetos esportivos. Ele também destacou o crescimento do número de crianças e participantes nos projetos esportivos, especialmente no futebol, vôlei e outras modalidades, afirmando que o esporte havia contribuído para inclusão social e afastamento de jovens de situações de risco. Ao final, diversos vereadores elogiaram o trabalho do departamento de esportes, destacaram a importância dos projetos e reforçaram a valorização do esporte no município. O diretor agradeceu as contribuições, reforçou a importância da colaboração entre executivo, legislativo e comunidade, e encerrou reafirmando o compromisso de melhorar a estrutura esportiva e atender às demandas da população. Neste momento, a senhora presidenta solicitou se havia algum outro assunto a ser tratado. Não havendo manifestação dos pares, declarou encerrada a sessão, solicitando a mim Giovanni Bernardes da Cunha, secretário *ad hoc*, que redigisse a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada, pela senhora presidenta e por todos os vereadores presentes.

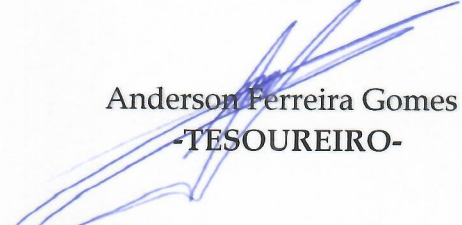
**SALA DE SESSÕES VEREADOR CELITO RASVAILER, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL- ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE JUNHO DE 2026.**

  
Silvana Aparecida Dutra Viana  
**- PRESIDENTA-**

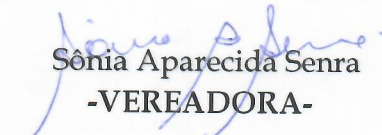
  
Celso Alves de Figueiredo  
**- VICE-PRESIDENTE-**

  
Arlete Conceição Corniani da Silva  
**-1ª SECRETÁRIA-**

  
Sidney Ferreira da Silva  
**-2º SECRETÁRIO-**

  
Anderson Ferreira Gomes  
**-TESOUREIRO-**

  
Lucas Alves Donatão  
**-VEREADOR-**

  
Sônia Aparecida Senra  
**-VEREADORA-**